

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.394 - SP (2019/0302739-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE AUGUSTO PERES PENTEADO - SP273113
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS CALAZANS DE SOUZA (PRESO)
PACIENTE : MICHEL FERREIRA DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VINICIUS CALAZANS DE SOUZA e MICHEL FERREIRA DO NASCIMENTO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0000306-86.2018.8.26.0535).

Consta dos autos que, em primeiro grau de jurisdição, os pacientes foram condenados a 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, em regime fechado, e 21 dias-multa, pelo delito do art. 157, § 2º, II, do Código Penal (e-STJ fls. 24/33).

O fato delitivo foi narrado nestes termos na inicial acusatória (e-STJ fls. 22/23):

Consta do incluso inquérito policial que, no dia 07 de fevereiro de 2018, por volta das 00h15min, na Rua Birmânia, nº. 259, Bela Vista, nesta cidade e comarca de Guarulhos, MICHEL FERREIRA DO NASCIMENTO, qualificado a fls. 06, e VINÍCIUS CALAZANS DE SOUZA, qualificado a fls. 07, agindo em concurso e com unidade de desígnios, subtraíram, para proveito comum, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, com ânimo de apoderamento definitivo, 1 (um) veículo tipo automóvel, marca GM/Corsa GL 1.6, cor cinza, placa CEI2514, avaliado em R\$9.000,00 (nove mil reais) (auto a fls. 12); 1 (uma) carteira de identidade; 2 (dois) cartões bancários; e, 1 (uma) carteira nacional de habilitação, bens pertencentes à vítima Maria de Lourdes Lima.

Segundo apurado, os denunciados e outro indivíduo não identificado ajustaram a prática de um roubo. Para tanto, em frente à residência da vítima, a abordaram e, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, MICHEL anunciou o assalto. Ato contínuo, MICHEL ordenou que a vítima entregasse a bolsa com todos os seus pertences a outro indivíduo. Em seguida, os três roubadores ingressaram no veículo e evadiram-se do local.

Ocorre que policiais militares foram acionados e iniciaram patrulhamento na região dos fatos. Por volta de 00h59m, localizaram

Superior Tribunal de Justiça

o veículo na Rua Portugal, altura do nº. 32, ocupado pelos denunciados. MICHEL e VINÍCIUS, ao perceberem a viatura policial, tentaram empreender fuga a pé, sendo capturados pelos milicianos. Durante a abordagem, nada de ilícito foi encontrado em poder deles. Ao serem indagados, negaram a prática do roubo.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido pela Corte de origem "*para reduzir as penas de Vinícius Calazans de Souza e Michel Ferreira do Nascimento, cada qual, ao cumprimento de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa, no valor unitário mínimo, como incursos no artigo 157, § 2º, II; c.c. artigos 61, II, 'h', e 65, I e III, 'd', do Código Penal. V.U*" (e-STJ fl. 48, grifei).

No presente *writ*, a impetrante pleiteia a fixação do regime semiaberto, pois o mais gravoso foi imposto sem justificativa idônea para tanto, tendo sido lastreado na gravidade abstrata do crime.

Pleiteia, assim, "*a concessão de medida liminar para alterar o regime prisional para o semiaberto, determinando-se a imediata transferência do paciente para este regime*", e, no mérito, a concessão definitiva da ordem para que os pacientes cumpram a pena em regime mais adequado (e-STJ fl. 12).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer

Superior Tribunal de Justiça

alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

